

“O governo continua atento aos indicadores”

Para Mendonça de Barros, a conjuntura macroeconômica exige uma pilotagem de curto prazo combinada com mudanças estruturais



José Roberto Mendonça de Barros

Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, disse ontem que o governo continua atento para os indicadores do comportamento do consumo. “O aquecimento das vendas permanece setorizado nos bens de consumo durável – eletrônicos e automóveis, principalmente. Na média, o nível de atividade está tranquilo”, declarou o secretário. Ele ressaltou que, apesar do crescimento da inadimplência, permanece em alta a oferta de crédito

às pessoas físicas. As perspectivas são de expansão do crédito.

Segundo a Centralização de Serviços dos Bancos–Serasa, órgão dos bancos privados que pesquisa crédito, no primeiro trimestre deste ano o País bateu recorde no volume de cheques sem fundo. Para cada mil cheques emitidos, seis foram devolvidos. No mesmo período do ano passado foram devolvidos 4,1 cheques para cada mil emitidos. Esse aumento ultrapassou o maior nível histórico ocorrido no Brasil, de 5,1 cheques devolvidos por lote de mil emitidos em junho de 1995. Mesmo assim, as fi-

nanceiras estão com planos de expansão do crédito, pois as taxas de juros para pessoas físicas chegam a ser superiores a 100% ao ano.

“Estamos passando por um momento muito especial da conjuntura macroeconômica, que exige do governo uma pilotagem de curto prazo combinada com mudanças estruturais”, afirmou o secretário de Política Econômica da Fazenda. Ele disse que o fato de eventuais medidas de contenção do consumo não terem entrado na pauta da última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), na semana passada, não sig-

nifica que não venham a ser tomadas no futuro. “Na realidade, esperávamos um arrefecimento das vendas de bens duráveis nos dois últimos meses, o que não ocorreu”, admitiu.

Mendonça de Barros enfatizou que até a última sexta-feira haviam ingressado no País entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,1 bilhão de investimentos estrangeiros diretos em abril. “Isso, sem contar privatização”, afirmou o secretário. A melhora na qualidade dos recursos estrangeiros aplicados no Brasil tranquiliza o governo para enfrentar o déficit da balança comercial – que, neste mês,

até o dia 20, chegou a US\$ 477 milhões. “O balanço de pagamentos vem apresentando melhora na conta de capitais. No entanto, ainda é preciso avançar no ajuste fiscal, na elevação da competitividade da produção nacional e na promoção das exportações”, comentou.

Na avaliação do Boletim de Acompanhamento Macroeconômico da Secretaria de Política Econômica, divulgado ontem, a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe de 0,69% na terceira quadrissemana de abril, com acréscimo de 0,48 ponto percentual em relação ao fechamento de março, não preocupa. As projeções do mercado financeiro indicam que o IPC ficará entre 0,7% e 0,9% em abril, basicamente influenciado pelo vestuário, puxado com o lançamento das coleções de inverno. Os preços do vestuário saíram de 4,34% negativos em março para 4,46% na terceira prévia de abril. “O fôlego dessa alta deve ser curto, pois a demanda por vestuário tem sido fraca aos preços até agora praticados”, diz o boletim.

Ainda de acordo com o boletim de conjuntura, o IPC-Fipe deverá apresentar as maiores variações no segundo trimestre do ano. A antecipação em um mês da sazonalidade do grupo vestuário evitará somar pressões àquelas decorrentes dos reajustes de tarifas públicas em maio e junho – ou seja, os impactos esperados das tarifas de eletricidade e telefonia, acrescidos dos aumentos em transportes públicos e água e esgotos, previstos para junho, e dos efeitos diretos e indiretos do novo salário mínimo (R\$ 120,00).

“A inflação mensal projetada pelo mercado pouco ultrapassa a casa de 1% em abril e maio. Cabe lembrar que, no segundo trimestre de 1996, a média mensal do IPC-Fipe beirou 1,5%, o que não impediu que a taxa anual ficasse em 10%. Isto mostra que as projeções do mercado financeiro continuam compatíveis com a queda da inflação de 1997 para a faixa de 6% a 8%, a mesma que se previa desde o começo do ano”, afirma o documento.